

Atuação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica quanto a oferta de cursos Técnicos em Saúde

RAMOS. N. M^{*}, LEME. E. A, REIS. G, LIMA. J, MOROSINI. M, CANDEIAS. M, MARINHO. R, ANDRADE. T.
Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (LATEPS/EPSJV/FIOCRUZ)
ramos.marise@fiocruz.br^{*}

RESUMO

Este artigo busca apresentar um panorama geral da oferta de cursos de educação profissional técnica em saúde pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório em âmbito nacional que analisa dados quantitativos da oferta de formação em saúde pela rede de 2010 a 2016, estabelecendo comparações com as demais esferas administrativas. Os temas analisados neste artigo, ainda que com resultados parciais, demonstram que a rede federal ampliou sua formação como um todo, seja em número de cursos e matrículas, entretanto a formação técnica de nível médio em saúde ainda é ofertada hegemonicamente por instituições privadas. Os resultados mostram que a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica ofertou 4,8% do total de cursos técnicos em saúde em 2016, tendo o maior quantitativo de matrículas concentrado em cursos de agente comunitário de saúde e análises clínicas.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Educação Profissional e Tecnológica, Política de Educação Profissional em Saúde, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Performance of the Federal Field of Professional Scientific and Technological Education regarding the offer of Technical courses in Health

ABSTRACT

This article seeks to present an overview of the offer of technical professional health education courses by the Federal Field of Professional, Scientific and Technological Education. This is a descriptive-exploratory study at a national level that analyzes quantitative data on the supply of technical training at the secondary level in health by the field from 2010 to 2016, comparing with the other administrative spheres. The themes analyzed in this article, although with partial results, show that the federal field has expanded its training as a whole, in terms of number of courses and enrollments, but the technical training of middle level in health is still offered hegemonically by the private institutions. The results show that the Federal Field of Professional Scientific and Technological Education offered 4.8% of the total number of technical courses in health in 2016, with the highest number of enrollments concentrated in courses of community health agent and clinical analysis.

KEYWORDS:

Professional and Technological Education Policy, Professional Education Policy in Health, Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education..

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa *A Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde na rede federal de educação profissional e tecnológica brasileira face ao atual Plano Nacional de Educação*, que busca captar as concepções ético-políticas, epistemológicas e pedagógicas que têm orientado a oferta de cursos técnicos de nível médio em saúde no âmbito federal. Neste momento, em que a rede federal de educação profissional e tecnológica torna-se um novo sujeito formador de trabalhadores técnicos da saúde, nosso problema de pesquisa visa observar essa oferta do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Para isso, analisamos a oferta quantitativa da educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas de educação (federal, estadual, municipal), e na rede privada, no período 2010-2016. Buscamos revelar tendências e dinâmicas da relação público e privado de cursos da educação profissional em saúde, com foco na oferta de cursos pela rede federal. Procuramos oferecer um panorama geral do padrão de oferta de cursos e matrículas de nível médio tecnológico em saúde da rede federal de educação profissional científica e tecnológica, identificando e explicitando a possível ampliação da esfera pública neste campo, comparando oferta de cursos e matrículas da rede federal com as demais esferas administrativas.

Salientamos que identificar e explicitar a possível ampliação da esfera pública neste campo, bem como as esferas concorrentes, além de mostrar dimensões da realidade educacional no país, torna-se material concreto para a disputa pela política pública em coerência com a luta pela educação e pela saúde como direitos, no sentido de construir e defender uma rede integrada de atenção à saúde no SUS e uma política de educação integral com ampla base para uma formação humana *onminilateral*.

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

2.1 A rede federal de educação profissional e tecnológica e a formação de trabalhadores técnicos em saúde

As instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica se caracterizaram, historicamente, pela oferta de cursos para profissões industriais. A formação de trabalhadores técnicos de saúde, por sua vez, se realizou principalmente em 11 escolas das redes municipais e estaduais, em escolas privadas – incluindo o SENAC – e nas ET-SUS.

Vieira e. al. (2013) analisam a dinâmica da formação técnica em saúde no Brasil na primeira década dos anos 2000. Em 1999, de acordo com o Censo educacional, a formação técnica de nível médio em saúde representava 11% do total de matrículas da educação profissional. Manifesta-se a predominância do setor privado (responsável por 62% da formação técnica de nível médio em saúde nesse ano)¹, com aumento substantivo na década (em 2009 menos de um quarto - 24,7% - dos matriculados estavam em escolas técnicas públicas. As autoras reiteram o que constatamos em estudos e pesquisas (PEREIRA E RAMOS, 2006; RAMOS, 2010); ou seja, a formação técnica em saúde, no Brasil, como política pública – diferentemente da formação para a indústria, que foi preocupação do Estado desde o início do século – começa a tomar corpo nos anos de 1980, no contexto da Reforma Sanitária, com o Projeto Larga Escala. Tanto que o relatório da I Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde ressalta que o setor educacional – pela pequena oferta de vagas, pela inadequação curricular e por sua lógica privatizante – não vinha respondendo às necessidades de profissionalização em saúde. (Brasil/MS, 1986: 23).

Assim, também diferentemente da formação para o setor primário da economia, as reformas privatizantes da educação profissional que ocorreram na década de 1990 não implicaram, na área da saúde, a necessidade de estrangulamento da instância pública. Ao contrário, foi suficiente não expandi-la e incentivar a ampliação da oferta privada. Desse modo, enquanto a matrícula nas escolas públicas que ofereciam formação técnica em saúde permaneceu abaixo de 40.000 alunos desde 1999 até 2005, as escolas privadas, que em 1999 já contavam com mais de 50.000 matriculados, passaram a contar, em 2005, com quase 200.000 alunos e continuaram crescendo significativamente mais do que o setor público até o final da década

Outro fato destacado pelos autores é o significativo crescimento das matrículas na saúde, comparativamente aos outros setores. Enquanto está quadruplicou entre 1999 e 2009, a matrícula total, no mesmo período, torna-se cerca de uma vez e meia maior. Uma possível explicação para o fato, por eles aventada, seria a correspondência com a criação mais acelerada de postos de trabalho no setor de serviços durante o período, com destaque, além da educação, para a área de saúde.

Estudo realizado por FRIGOTTO et. al., (2015) demonstra que, no Brasil, entre 2007 a 2012, os cursos de educação profissional mais oferecidos estão no eixo Ambiente e Saúde. Em coerência com a tendência demonstrada por Vieira et. al., enquanto em 2007 predominava a oferta privada de cursos neste eixo, (20,9% público e 79,1% privado), em 2012, verifica-se um aumento da oferta pública em

¹ Os autores mostram que, no total da educação profissional de nível técnico, naquele mesmo ano, 44% das matrículas eram de responsabilidade do setor privado

todos os eixos – ainda que a relação não chegue a inverter – com exceção do eixo Informação e Comunicação. No eixo Ambiente e Saúde a oferta pública passa para 30,6% e a privada para 69,4%).

Diante do exposto, torna-se uma questão de pesquisa saber que redes públicas (federal, estadual e municipal) têm contribuído para a expansão da oferta da educação profissional técnica de nível médio em geral e, particularmente, em saúde, no período de 2010 (ano em que observamos a inversão da oferta pela esfera pública) a 2016, tendo em vista as estratégias que preveem a integração da educação profissional à educação básica; e no caso da saúde, políticas e programas do Ministério da Saúde que redundam na ampliação da educação profissional em saúde.

Ainda que não seja sua tradição e não tenhamos estudos quantitativos sobre o tema, a rede federal tem ampliado sua atuação para a área da saúde, principalmente a partir da política de implantação dos Institutos Federais (2008) e do Pronatec (2011). Um dado importante a esse respeito foi a Portaria conjunta MEC/MS n. 3/2011, que instituiu, no interior da Comissão Interministerial da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no âmbito dos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), a Subcomissão de Educação Profissional de Nível Médio para a Saúde.

3 METODOLOGIA

Realizamos a seleção dos cursos a serem estudados a partir do Catalogo Nacional de Cursos Técnicos². Selecionamos os cursos do eixo Ambiente e Saúde. Excluímos³ da análise os cursos da área ambiental, trabalhando assim com os 24 cursos estritamente da área de saúde. A saber, técnicos em agente comunitário de saúde, técnicos em análises clínicas, técnico em citopatologia, técnicos em cuidador de idosos, técnico em enfermagem, técnicos em equipamentos biomédicos, técnico em estética, técnicos em farmácia, técnico em gerência em saúde, técnicos em hemoterapia, técnico em imobilizações ortopédicas, técnico em imagem pessoal, técnico em massoterapia, técnicos em necropsia, técnico em nutrição e dietética, técnico em óptica, técnico em órteses e próteses, técnico em podologia, técnico em prótese dentária, técnico em radiologia, técnico em reabilitação de dependentes químicos, técnico em registros e informações em saúde, técnico em saúde bucal e técnico em vigilância em saúde.

Após a seleção dos cursos, utilizamos como base de dados os microdados do Censo Escolar, de 2010 a 2016, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

² MEC (2016)

³ Os cursos excluídos da análise foram os cursos de controle ambiental, meio ambiente, meteorologia, e reciclagem.

Teixeira – INEP. Após a seleção dos dados, utilizamos o software SPSS/IBM para filtragem dos dados e formação das tabelas a serem analisadas.

Para composição das tabelas, selecionamos os dados referentes ao número de cursos e de matrículas de educação profissional em saúde ofertados no país de 2010 a 2016, na rede privada e pública, no âmbito Federal, Estadual e municipal. A partir disso, filtramos os cursos e matrículas realizados estritamente pela Rede EPCT para análises e comparações.

Para observação dos dados e análises, a pesquisa busca se apoiar no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético, pelo qual são consideradas as categorias da totalidade, da historicidade, das mediações e contradições

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, referente ao ano de 2018, (Plataforma Nilo Peçanha, 2019), 647 campi compõem a Rede. Com uma oferta de 11.766 cursos e 45.486 professores. O gasto total no ano de 2018 foi de R\$16.531.953.129,00,⁴ um equivalente a R\$15.725,66 anuais por matrícula, R\$1.310,47 mensais por aluno. Segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), na proposta de Matriz Orçamentária da Rede Federal para o próximo ano, para suprir as necessidades da rede, serão necessários R\$4,5 bilhões (CONIF, 2019).

Dessas 647 unidades, 627 ofertam cursos técnicos. 215 ofertam cursos no eixo tecnológico ambiente e saúde⁵, representando 7,5% da oferta de cursos da Rede EPCT em 2018. Dentre esses, 77 são do subeixo tecnológico saúde, composto pelos cursos por nós estudados. Entre essas unidades, apenas 10 ofertam cursos na modalidade integrado ao ensino médio.

Tabela 1 Número de Institutos Federais de Educação Profissional Científica e Tecnológica em 2018⁶

Rede EPCT	647
Oferta de Cursos Técnicos	627
Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde	215

⁴ Não estão incluídos no cálculo os gastos das Escolas Técnicas vinculadas e a UNTPR

⁵ O Curso técnico de Biotecnologia foi retirado da análise porque até 2016 o curso encontrava-se no eixo técnico de produção industrial

⁶ Elaboração própria a partir dos dados da Plataforma Nilo Peçanha 2018

Subeixo Tecnológico Saúde	77
Cursos Técnicos Integrados	10

Entre 2010 e 2016, 132 campi⁷ da rede EPCT ofereceram pelo menos um curso do eixo estudado, distribuídos pelos estados brasileiros. Acre, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Rondônia e São Paulo, não ofertavam cursos do eixo saúde pela Rede Federal de ensino. Sendo possível inferir uma redução de campi que ofertam cursos em comparação com os dados de 2018.

De acordo com os dados do INEP, em 2010 estavam sendo ofertados a nível Brasil 15.517 cursos de educação profissional e tecnológica. Em 2016 esse número saltou para 32.947, Comparando 2010 a 2016, podemos observar um crescimento na oferta de cursos de 17.430, uma ampliação de 112%. Em relação a número de matrículas, também observamos um crescimento. Em 2010, 910.388 alunos estavam matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, em 2016 eram 1.672.491. Um aumento de 762.103 (84%) matriculados em relação a 2010.

Quando seguimos a análise para a perspectiva dos cursos técnicos do subeixo saúde, entre os cursos que tem o maior número de ofertas, identificamos o Curso de enfermagem, seguido pelo curso de radiologia, análises clínicas e nutrição e dietética. Sendo o Curso de Necropsia o menos ofertado no período em questão. Podemos observar também uma ampliação de 1.312 cursos ofertados no período estudado. Os únicos cursos que não observamos aumento em números absolutos foram os cursos de Análises clínicas, Equipamentos Biomédicos. Sendo Registros e Informações em Saúde o único que se manteve estático.

Podemos observar, de acordo com a figura 1, que na esfera Federal, eram ofertados 93 cursos de saúde em 2010, passando a ser 253 em 2016, uma ampliação de 172%, um aumento em números absolutos de 160 cursos, com pico de crescimento da oferta em 2015.

Os cursos mais ofertados foram o de Agente comunitário de saúde, seguido pelo de enfermagem e Análises Clínicas. Não foram ofertados cursos de hemoterapia, Imobilizações Ortopédicas, Óptica, Órteses e Próteses, Podologia e Necropsia. O único curso que não ampliou sua oferta foi o de imagem pessoal, sendo ofertado apenas em 2010. Importante destacar que o curso de agente comunitário, na esfera federal, saiu de uma oferta de 5 cursos em 2010, para 73 cursos em 2016, uma ampliação de 1360%.

⁷ Foram retirados da análise colégios técnicos vinculados a universidades e a UNTPR

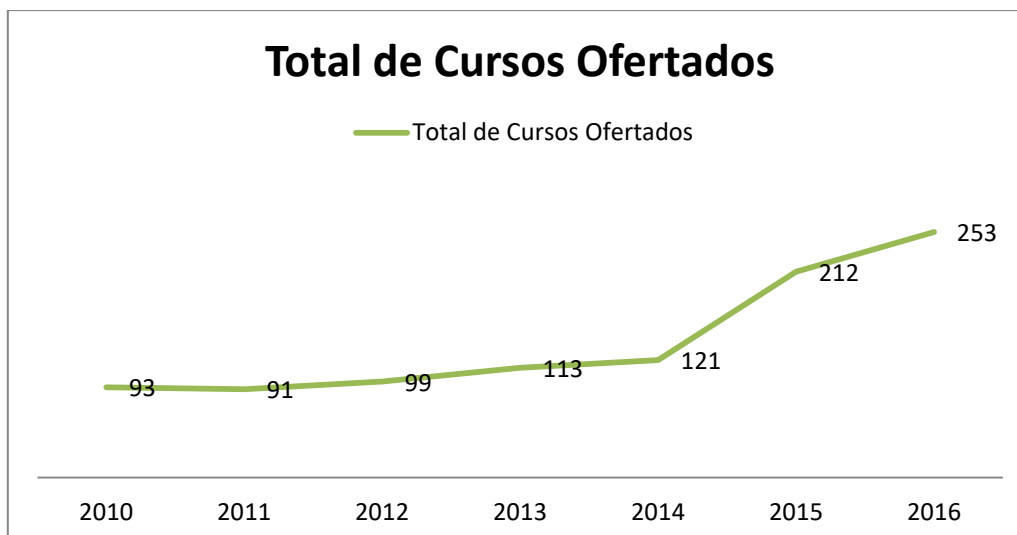


Figura 1 Total de Cursos Ofertados na esfera federal de educação profissional tecnológica em saúde entre os anos de 2010 e 2016

A Rede Federal de educação profissional científica e tecnológica ofertou 4,8% do total de cursos técnicos em saúde em 2016, em 2010 este número era de 2,3%, uma ampliação de 2,5 pontos percentuais. No mesmo período, a ampliação de oferta de cursos técnicos em saúde nas demais esferas foi de 32,7%, quando olhado só no âmbito da rede federal observamos que essa ampliação foi de 172% de cursos oferecidos em 2016 em relação a 2010.

Tabela 2 cursos ofertados de educação profissional tecnológica em saúde pela rede federal entre os anos de 2010 e 2016

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total Ofertado	4013	4065	4474	4694	5489	5448	5325
Esfera Federal	93	91	99	113	121	212	253
% ofertados pela esfera federal	2,3	2,2	2,2	2,4	2,2	3,9	4,8

4.1 Matrículas

Tabela 3 Comparativo de Matrículas em cursos técnicos da educação profissional

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Matrículas	Educação	910388	924360	994477	1032104	1370895	1401056	1672491
profissional								
Matrículas	Educação	243517	217743	206299	201558	285953	285505	345990
profissional em saúde								
% de Matrículas em	educação	26,7	23,6	20,7	19,5	20,9	20,4	20,7
educação	profissional							
em saúde								
Matrículas	Educação	5692	5089	5998	6246	6400	16863	14143
profissional em Saúde na								
Esfera Federal								
% de Matrículas na	esfera federal	2,3	2,3	2,9	3,1	2,2	5,9	4,1

Em 2010, 910.388 alunos estavam matriculados em cursos de educação profissional. Em 2016 esse número era de 1.672.491. Entre 2010 e 2016, o número de matrículas em cursos de educação profissional aumentou 762.103 e as matrículas em educação profissional em saúde 102.473. Quando comparado as matrículas em cursos de saúde com os dos outros eixos não saúde, observamos uma queda de 6.0p.p.

Em 2010, 26,7% das matrículas dos cursos da educação profissional no Brasil eram da saúde. Em 2016, enquanto o número de matrículas totais da educação profissional ampliou em 83%, o número de matrículas em saúde ampliou 42%, o que representou uma queda de 5% na porção que representa as matrículas em saúde em relação as matrículas nas demais áreas no final do período.

A Rede Federal apresentou 4,1% do total de matrículas em cursos profissionais de saúde em 2016. Comparando o número de matrículas na esfera Federal com a esfera Municipal, Estadual e Privada, observamos uma ampliação no número de matrículas entre 2010 e 2016 de 2 pontos percentuais na rede federal, 3p.p na rede estadual e 5p.p na rede privada. A Rede Privada, é a que possui a maior quantitativo de matrículas, chegando a representar, em 2016, 74,4% das matrículas em cursos de saúde.

Tabela 4 Total de matrículas em cursos da educação profissional tecnológica de saúde por

	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%	Total
2010	5692	2,0	79002	27,3	3236	1,12	201296	69,6	289226
2011	5089	1,8	61358	22,3	3072	1,11	206119	74,78	275638
2012	5998	2,1	70362	25,2	2773	0,99	200628	71,71	279761
2013	6246	2,2	63669	22,7	2866	1,02	207115	74	279896
2014	6400	1,7	66374	18,1	3626	0,99	290078	79,15	366478
2015	16863	4,7	65220	18,3	3881	1,09	270273	75,87	356237
2016	14143	4,1	70585	20,4	3870	1,12	257392	74,39	345990

dependência administrativa entre os anos de 2010 e 2016

A variação no número de matrículas no período estudado foi de ampliação em quase todos os cursos, com exceção de imagem pessoal, radiologia, reabilitação de dependentes químicos e registros e informações em saúde. Destacamos a ampliação de matrículas do curso de agente comunitário de saúde (2088%), de vigilância em saúde (545%), e as de análises clínicas (323%).

Os cursos mais ofertados pela rede federal foram o de Agente comunitário de saúde, seguido de Enfermagem e Análises Clínicas. Entretanto o maior número de matrículas pela rede federal em 2016 concentrou-se em cursos nos cursos de Agente comunitário de Saúde (68%), Equipamentos Biomédicos (57%) e Vigilância em saúde (48,9%). Importante observar que entre 2010 e 2016 a rede federal passou de 2% do total de matrículas nos cursos de agente comunitário em saúde para 68%.

5 CONCLUSÃO

Os temas analisados neste artigo, ainda que com resultados parciais, demonstram que a rede federal ampliou sua formação como um todo, seja em número de cursos e matrículas, entretanto a formação técnica de nível médio em saúde ainda é ofertada hegemonicamente pela rede privada. Em 2016, 74% das matrículas em cursos de educação profissional em saúde concentravam-se na rede privada. Apesar de a Rede Federal de educação profissional tecnológica ter um crescimento na sua oferta, de 2,5 pontos percentuais entre o período estudado, ainda representava um quantitativo baixo na oferta total de cursos da área de saúde (4,8%) no fim da

série histórica. Além disso, observamos um aumento da oferta pública em todos os eixos – ainda que a relação público-privada não chegue a se inverter.

A ampliação notável da oferta de cursos e de matrículas no curso de agente comunitário de saúde (ACS) no período estudado se apresenta como uma iniciativa importante na luta pela saúde pública do país e pela formação dos trabalhadores técnicos. O ACS é um trabalhador fundamental no contexto da atenção básica, tem uma inserção de trabalho diretamente ligada ao setor público. Importante também salientar a ameaça da formação e do trabalho desses trabalhadores com a nova Política de Atenção Básica 2017 (PNAB) adotada pelo ministério da saúde que reforça a subtração de direitos e desconstrução do Sistema Único de Saúde (MOROSINI et. al., 2018). No que se refere a oferta de rede de cursos de vigilância em saúde, novamente é possível observar que a rede tem direcionado sua formação para trabalhadores que tem inserção prioritária de trabalho no setor público.

A ampliação significativa de matrículas na rede federal de 2014 para 2015, com pequena queda em 2016, um movimento histórico que coincide com o possível resultado da oferta de cursos pelo PRONATEC, sendo necessárias pesquisas posteriores para avaliação dessa relação.

Faz-se importante acompanhar a ampliação da rede federal na série histórica, até o presente ano, para compreensão do movimento da oferta de cursos e matrículas na rede em relação as políticas de formação adotadas pelo Ministério da Educação e da Saúde, obtendo um panorama da participação da rede federal de educação científica e tecnológica na educação em saúde.

Essa pesquisa, como já salientado anteriormente, apresenta dados parciais obtidos nas plataformas oficiais e trabalhados pela equipe de pesquisa. Devido ao volume de dados e o tempo necessário para obtenção e tratamento dos microdados fornecidos pela plataforma oficial do MEC, ainda não foi possível a análise de dados mais atuais, entre os anos de 2017 até 2019, o que se faz relevante para acompanhamento da formação dos trabalhadores técnicos da saúde em relação com as novas medidas adotadas pelo governo de cortes de programas de formação de trabalhadores, como o PRONATEC, e demais reformas, como a do Ensino médio, PEC 55/2016, a adoção de políticas educacionais privatistas com ampla relação público-privada em detrimento da formação pública e demais conjuntos de reformas supressoras de direitos sociais como saúde, trabalho, previdência e educação.

Sob orientação do Artigo 7. Da Lei n. 11.892/2008, que estabelece que a Rede Federal deve ministrar cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, inclusive na modalidade EJA, salientamos a importância da produção de

análises sobre esse tema no que refere-se aos cursos de saúde, dado a historicidade da educação profissional em saúde estar ligada a formação de trabalhadores em serviço, uma possível contradição entre o modelo preconizado pelos Institutos Federais e a necessidade de formação em saúde.

Especialmente a partir de 2011, a rede federal passa a ofertar cursos técnicos de saúde de forma mais sistemática. Ao mesmo tempo, esta rede tem absorvido, seja somente na forma, seja no conteúdo, a concepção de ensino médio integrado. Esta, como exposta na obra de Ramos, Ciavatta e Frigotto (2005), dentre outras, se tornou uma proposição objetiva ético-política e pedagogicamente coerente com o momento histórico da realidade brasileira, de se tentar construir a educação politécnica no Brasil. Ter-se-ia o trabalho como princípio educativo, reconhecendo-se os limites, mas também a necessidade e o direito dos trabalhadores de se ter a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, sem prejuízo da formação geral. Visa-se, com esta proposta, a unidade epistemológica entre formação geral e específica, entre cultura geral e cultura técnica, entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Tendo a rede federal em seu horizonte histórico a oferta de cursos com orientação mais industrial/tecnológica, estudos posteriores de análise qualitativa do modelo epistemológico que tem orientado essa oferta se fazem relevantes, na luta pela garantia de uma formação em saúde orientada para práticas integrais de saúde alinhada aos princípios e diretrizes do SUS. Inscrever o debate sobre as concepções e práticas das instituições que ofertam a educação profissional em saúde, e suas contradições, e associá-las à possibilidade de sua superação na perspectiva de uma educação comprometida com a classe trabalhadora nos parece uma condição fundamental para a consolidação do SUS e a construção de um tipo de sociedade cuja utopia sustentou as lutas da reforma sanitária

6 REFERÊNCIAS

BRUYNE, Paul. Dinâmica da Pesquisa em Ciência Sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, pp. 25-38.

INEP. Censo da educação básica: 2010 a 2016. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

FLEURY-TEIXEIRA, Paulo e BRONZO, Carla. Determinação social da saúde e política. In Nogueira, Roberto Passos (Organizador). Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, 2010, pp. 13-36.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. "Ofertas formativas e características regionais: a educação básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro". Relatório de Pesquisa. Edital 29/2012 Faperj - Apoio à Formação e Consolidação de Grupos de Pesquisa Multi-Institucionais e Interdisciplinares/2012. Rio de Janeiro, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MOROSINI, Márcia Valéria Guimarães Cardoso, Fonseca, Angélica Ferreira e Lima, Luciana Dias de. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. *Saúde em Debate* [online]. 2018, v. 42, n. 116 [Acessado 16 Julho 2019], pp. 11-24. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201811601>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811601>

NOGUEIRA, Roberto Passos (Organizador). Apresentação. *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2010, pp. 7-12.

PAIM, Jairnilson Silva. *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

Plataforma Nilo Peçanha. (06 de julho de 2019). Plataforma Nilo Peçanha resultados 2019. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2019/>

RAMOS, Marise N. Saberes, Competências e Cultura Profissionais dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS): o processo de reconstrução do conhecimento na relação Trabalho e Educação. Relatório de Pesquisa. Bolsa de Produtividade CNPq. Rio de Janeiro, 2015.

RAMOS, Marise N. Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010. 290 p.

RAMOS, Marise N.; PEREIRA, Isabel Brasil. *Educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1985.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez Vasquez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, Mônica et al. Dinâmica da Formação Técnica e da Ocupação de Postos de Trabalho em Saúde: Brasil anos 2000 (2013). In: MOROSINI, Márcia Valéria Guimarães Cardoso et al.

Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013, pp. 121-146.